

ENSAIOS: Formação cultural, sócio-histórica brasileira. ESSAYS: Brazilian cultural, socio-historical formation.

Prof. Dr. Wellington Lima Amorim – (UFMA/UFRGS)
Prof. Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno - (UFRGS)
Prof. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner – (IPAC-IBAM/SC)

Quais são as raízes que indicam as grandes linhas de força na formação da sociedade brasileira? Que fatos históricos são importantes no estudo de instituições fundamentais nesse processo: o sistema colonial? o sistema escravista? os regimes autoritários do século XX? as práticas sociopolíticas? as razões do abandono da escravidão dos indígenas pelos portugueses e a opção pelos africanos? a manutenção da unidade territorial brasileira em contraposição à fragmentação das colônias espanholas? a difícil transição do regime autoritário para o democrático, nas últimas décadas? desde os primeiros passos do Brasil independente, ainda monárquico, passando pela República, até os movimentos de rua, recentes? São questões fundantes que inquietam o pensamento sobre a sociedade brasileira. É a crítica o *sal da vida* e uma parte importante, às vezes essencial, da nossa compreensão sobre as *coisas*, a depender da leitura crítica sobre o que aprendemos a respeito. Assim, que em relação à diversidade e à inclusão, a compreensão destes temas contemporâneos pode ser amplificada. Desta maneira, os textos mais apologéticos sobre eles necessitam ser confrontados com a crítica, forma de apropriação intelectual e de engajamento ético e moral. Ao largo de outras críticas que se somam, o valor civilizatório desses temas é indiscutível. Entretanto, o voluntarismo na sua defesa gera um determinismo moral indutor de distorções. A empatia por minorias e excluídos é legítima, necessária e oportuna, mas por vezes, quando induzida, costuma sobrepor juízos de valor ao rigor científico. Ao fazê-lo, generaliza a explicação, ignora parte da realidade e todo o processo histórico, além de jogar uns contra os outros e o indivíduo contra a sociedade civil.

Recentemente, em junho de 2018, os pesquisadores Luca Bussotti e Laura António Nhaueleque, ambos de Lisboa, Portugal, publicaram um artigo com o seguinte título: A invenção de uma tradição: as fontes históricas no debate entre afrocentristas e seus críticos, analisando: “o uso das fontes históricas no debate entre a corrente filosófica do afro centrismo e as críticas que esta recebeu. O afro centrismo, principalmente na versão elaborada por Asante, propõe a revisão radical e a superação do paradigma eurocêntrico. O alicerce desta proposta é a ideia de que o pensamento filosófico e científico surgiu em África, nomeadamente na civilização egípcia, considerada “negra”,

de acordo com a lição de Anta Diop. As provas de matriz histórica utilizadas pelos afrocentristas foram largamente contestadas. O artigo pretendeu evidenciar a forte ligação entre elaboração filosófica, aparato ideológico e “invenção” duma tradição histórica por parte do Afrocentrismo, cujo uso instrumental das fontes entra em choque com as regras básicas da ciência histórica.”¹ Sendo assim, é preciso dar atenção a determinadas estratégias de poder, que podem ser usadas através de dispositivos racistas.

Existe uma possível incompletude que advém da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que Institui o Estatuto da Igualdade Racial, no seu Inciso IV do Parágrafo único do Artigo 1º - “população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”²-, com a definição de autodeclaração de pardos usada nas pesquisas do IBGE, onde as pessoas são perguntadas sobre sua cor de acordo com as seguintes opções: “branca, preta, parda, indígena ou amarela” faltando, no nosso entendimento, a opção de autodefinição análoga “mestiços”. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas³. Parte deste percentual de pardos, ou a sua maioria, seriam mestiços, inferimos, autodeclarados pardos, que se mostram como um fenótipo de quase todo brasileiro, *mestiço* - “esse indivíduo que como tal se identifica, de cor parda ou não, e que é descendente de mestiço ou de qualquer miscigenação entre índio, branco, preto, amarelo ou outra identidade não-mestiça, que se identifica como distinto destas e etnicamente de qualquer outra e que é, nestes termos, reconhecido pela comunidade da etnia mestiça brasileira (nacional, nativa, unitária, indivisível, originada e constituída durante o processo de formação da Nação brasileira e indissociável e exclusivamente identificada com esta”⁴ -, participante de uma cultura antropofágica, conceito este cunhado por Oswald de Andrade em seu escrito literário *O Manifesto Antropofágico*, publicado em maio de 1928, com o objetivo justamente de repensar a dependência cultural brasileira. Neste sentido, concordamos

¹ Fonte: <https://www.scielo.br/j/his/a/6nrx4VZpQnyZr6Whptt8V7P/?format=pdf&lang=pt>

² Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

³ Fonte: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,%2C%20parda%2C%20ind%C3%ADgena%20ou%20amarela.>

⁴ Fonte: <https://nacaomestica.org/blog4/?p=2252#:~:text=Assim%2C%20mesti%C3%A7o%20brasileiro%20%C3%A9%20o,e%20que%20%C3%A9%2C%20nestes%20termos%2C>

com o pensamento do cientista político e sociólogo Sílvio Romero exposto no seu clássico livro *História da literatura brasileira*, publicado em 1888: “Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias”⁵, usando como suporte as ideias de Darcy Ribeiro em seu ensaio histórico-antropológico *O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*, editado em 1995: “Nós, brasileiros, somos um povo em *ser*, impedido de *sê-lo*. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ninguendade. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros”⁶.

A sociedade civil brasileira que se identifica como parda acabou não produzindo militância, e daí foi invisibilizada por uma coalizão entre o movimento “negro” (composto também por muitos mestiços que se dizem “negros”) e pela classe média alta (quase toda branca). Muitas dessas pessoas de classe média alta não vivenciam as realidades suburbanas, periféricas, populares, onde as categorias usadas não são as mesmas dos militantes pretos e intelectuais da classe média alta e branca. “Quem pensa raça esquece o indivíduo, sendo esse um bom discurso no interior de um local que primou por desconhecer o Estado e anular suas instituições”⁷, como bem diz a historiadora e antropóloga Lilia Katri Moritz Schwarcz. É *normal* que o engajamento ético e moral seja legítimo como processo civilizatório. Se isso gera eficácia na seara da política e da educação, os resultados podem ser discutíveis. Na política, várias interpretações são confrontadas, relativizadas, até gerar a síntese da lei e da política pública. O que se vê nos conteúdos bibliográficos e curriculares universitários e escolares, onde o engajamento ético e moral costuma se impor de modo homogêneo, assume ares de explicação universal. É quando a parte vira o todo e uma conjectura dá o tom exclusivo às explicações, às vezes sofisticadas, mas sempre discutíveis. Ao denunciar o racismo e o machismo, o engajamento ético trata uma realidade parcial como sendo o todo e despreza a escala que distingue a solidariedade da intolerância. Considera falsa toda afirmação de convivência pacífica entre a sociedade e os grupos identitários. Mesmo quando não explicita, sugere que a sociedade como um

⁵ Fonte: ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Garnier, 1888.

⁶ Fonte: RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷ Fonte: SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *Raça como negociação: Sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil*. In: FONSECA, Maria de Narareth Soares (org.). *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, p.13-40, 2000.

todo é estruturalmente racista, machista e excludente. Isso é que significa generalizar uma explicação, negando que parcela importante da sociedade não se encaixa nessas narrativas homogeneizantes.

A professora Celina Alcântara Brod, da Universidade Federal de Pelotas, em julho de 2020, escreveu para o caderno Estado da Arte, do Jornal Estadão, com o seguinte argumento: “Albert Bandura, psicólogo canadense, denominou que tal fenômeno parte de um profundo desengajamento moral. Bandura mostra que a violação do certo e errado, sem a perda do autorrespeito, pode ser alcançada através de um desligamento moral seletivo (...) Bandura relata o exemplo do comandante nazista Amon Goeth que, enquanto escrevia uma carta ao pai, cheia de compaixão e carinho, assassinava friamente judeus nos campos nazistas. É justamente porque a moralidade é nestes casos suspensa que indivíduos conseguem cometer atrocidades e ainda conviverem consigo mesmos.”⁸ Podemos dizer que engajamento moral e ético, por sua parcialidade, na verdade é um desengajamento moral.

É claro que a defesa à diversidade e à inclusão tem um forte componente moral, aliás, expõe um conflito entre resistências reacionárias e ímpetos progressistas. É, exatamente por isso, que revelaria seu caráter ético, isto é, a proposição de uma escolha entre preceitos morais. Por ser uma opção ética, deveria compreender uma questão estética. Em outras palavras, diversidade e inclusão precisam ultrapassar a justificação moral e serem entendidas como parte da beleza do desenvolvimento civilizatório, contida no processo histórico. Entretanto, as narrativas homogeneizantes desprezam o processo histórico ocidental de progressiva afirmação de direitos e conservação de valores. As instituições tradicionais, sejam formais (leis) ou informais (costumes), são frequentemente identificadas com a dominação opressora e a repressão sobre os corpos e as minorias. E como são identificados os opressores? Apesar da denúncia contra os malefícios dos opressores, o curso civilizatório tem sido o palco permanente de debates, resistências e avanços que geraram as instituições contemporâneas do Estado de bem-estar e de direitos. É nas nações ocidentais que as políticas de inclusão têm avançado, por meio de instituições tão democraticamente sofisticadas que garantem, inclusive, o direito de desconsiderá-las. E, conquanto a história seja marcada por sofrimento e privações, é no Ocidente, observamos, que os valores de igualdade, liberdade e justiça mais avançam.

⁸ Fonte: <https://estadodaarte.estadao.com.br/metamorfose-palavra-odio-celina/>

É pelo menos desde as preocupações dos filósofos liberais do século XVIII, como Montesquieu, Burke e Adam Smith, que temas como os direitos das minorias e o combate à escravidão são pronunciados. Diante desta constatação, se pode afirmar que o pensamento fundante das instituições democráticas atuais está alicerçado no liberalismo clássico e no conservadorismo, ainda que tal assertiva pareça ser contraditória. Todavia, o argumento do tempo presente é que reconhecê-lo esbarra em narrativas de crítica permanente ao caráter “opressor” e “alienante” das instituições ocidentais. Predomina, de fundo, um pressuposto a iluminar essas narrativas: a conjectura do dominante-dominado, opressor-oprimido, verdugo-vítima. É a partir dela que tais narrativas se delimitam, tornando as análises inexpressivas e as conclusões previsíveis e, por vezes, preconceituosas. Aprisionados na teia ideológica da conflagração permanente, seus replicantes retroalimentam acriticamente o igualitarismo utópico em repulsa à sociedade culturalmente diversa e possível do dia a dia. E, ao retirar a responsabilidade, retira-se o que o indivíduo tem de mais humano: a autodeterminação, cuja abdução o desumaniza. O que os autores dessas narrativas não enxergam é a dimensão cooperativa e real da sociedade. Na lida de defender os injustiçados e denunciar o racismo estrutural, esta proposta intelectual dos excluídos sugere que indivíduos são *bons selvagens*, mas a sociedade os torna egoístas. E o resultado um tanto paradoxal para essa premissa rousseuniana, conclamando uma solução hobbesiana: desde que em mãos certas. É o Estado protetor que deve estabelecer a relação direta com o indivíduo atomizado, dispensando a sociedade estruturalmente incapaz de ajuda mútua, propõem. É o próprio ocaso da República e o limiar do despotismo democrático, tão temido por Tocqueville há mais de 200 anos, em Democracia na América⁹. A cultura da sociedade e suas instituições informais (valores e crenças), devem ser reconhecidas fonte do desenvolvimento histórico, de onde emergem, dialeticamente (dialogicamente, gostaríamos), os novos direitos.

⁹ A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático / Alexis de Tocqueville; tradução Eduardo Brandão; prefácio, bibliografia e cronologia François Furet. - 2a ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2005.